

botão do pânico só protege vítimas de vitória

O projeto é simples e funciona, mas para ser ampliado precisa de vontade política

TEXTO GUILHERME SILLVA

EDIÇÃO MARIANA PERINI

FOTO FERNANDO MADEIRA

DIAGRAMAÇÃO EDSON DE MELO

Medidas protetivas nem sempre são sinônimo de segurança para vítimas de violência doméstica. Maria Aparecida ouviu do ex-marido: "Medida protetiva é simplesmente um papel. E ele não é capaz de conter um tiro". A diarista, que prefere não mostrar o rosto, foi agredida pelo ex-marido durante 13 anos. "Foram socos, tapas no rosto e tentativas de enforcamento enquanto eu dormia". Até que ela foi à Delegacia da Mulher. A Justiça determinou uma medida protetiva. O agressor teria que manter pelo menos mil metros de distância dela, mas ele não obedeceu. "Chegou a apontar uma arma para a minha cabeça". Como proteção, ela foi uma das primeiras mulheres em Vitória a receber o Botão do Pânico, com intuito de evitar as agressões. "Após tantos anos apanhando eu fiquei com traumas. Não conseguia sair de casa e morria de medo de ficar sozinha. Foram cinco meses vivendo em pânico. Várias madrugadas acordada com medo de que ele aparecesse. O botão salvou minha vida".

Para as mulheres ameaçadas pelos maridos, namorados e ex-namorados, muitas vezes o socorro não chega a tempo de evitar o pior. Por conta disso, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo lançou, em 2013, um projeto inédito no país chamado de Botão do Pânico, que tem conseguido diminuir o número de casos de violência contra a mulher em Vitória. O problema é que ele funciona somente na Capital.

Segundo a juíza Maria Hermínia Azoury, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, esse projeto não chegou a outras cidades do Estado porque depende de vontade política. "Eu não entendo. No Bra-

sil gostam de coisas burocráticas. Iniciativas que dão certo são difíceis de ser implantadas", desabafou ela.

A caixinha preta que a vítima traz junto ao corpo ou dentro de uma bolsa, atualmente, protege 60 mulheres na cidade. Todas receberam da Justiça o direito de usar o botão. Nesses dois anos de funcionamento foram feitos 23 acionamentos e realizadas 11 prisões em flagrante dos agressores. Não houve reincidência de agressões às usuárias do equipamento. "Aproximadamente 90% das mulheres se sentem mais seguras ao ter o Botão do Pânico. Elas estão encorajadas porque, se os agressores aparecem, elas acionam o botão. O brasileiro tem medo de prisão, mas não tem medo de outras coisas", diz Hermínia.

Para Franceline de Aguiar, coordenadora para Assuntos Institucionais do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP), responsável pela tecnologia do botão, ele faz a diferença na vida das mulheres que são vítimas de violência. "O projeto provocou dois movimentos: é encorajador, na medida em que as mulheres que são vítimas denunciaram mais e foram buscar justiça. E é inibidor, na medida que o agressor, sabendo quais as mulheres que estão com o botão, reduziram a quantidade de reincidência de novas agressões. Essas mulheres que se sentiram empoderadas, sofreram agressões caladas por muitos anos".

PROCESSO

Assim que a caixinha preta é acionada, dispara um alarme em uma sala, onde funciona o video-monitoramento da Prefeitura de Vitória. Imediatamente uma viatura é deslocada para atender a ocorrência. Como o sistema dis-

COMO FUNCIONA

1º passo

A vítima recebe por meio de ordem judicial o dispositivo para ser utilizado quando estiver em situação de risco, por exemplo, quando o agressor descumprir a medida protetiva.

2º passo

Em caso de acionamento. Quando a vítima acionar o Botão do Pânico, a Central de Monitoramento receberá a identificação do local onde ela acionou o aparelho e, imediatamente, inicia o processo de gravação de áudio do ambiente que será armazenado em um banco de dados e ficará a disposição da Justiça.

3º passo

A Central Dispositivo de Segurança Preventivo (DPS) encaminha as coordenadas para a Patrulha Maria da Penha.

4º passo

A Patrulha Maria da Penha irá se dirigir ao local onde a Medida Protetiva foi violada, a fim de que o atendimento à vítima seja realizado.



ponibiliza um GPS, fica fácil saber o local exato onde está a mulher vítima da agressão. "O tempo de resposta é de cerca de três minutos. O atendimento que demorou mais tempo foi de 10 minutos, um tempo que pode ser crucial para a vida da mulher", diz a coordenadora.

Além da localização, o policial que vai atender a ocorrência também recebe, no telefone, fotos da vítima e do agressor. Um microfone é acionado, gravando sons externos. O material pode ser usado posteriormente como prova da desobediência do agressor em processos de instrução judicial. "A maioria dos acionamentos ocorreu durante a madrugada e nos finais de semana. Não há registro de falha com o botão", explica Franceline.

É a Justiça que seleciona quem vai receber o aparelho. A triagem das mulheres beneficiadas pelo dispositivo é feita a partir dos atendimentos realizados pela 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em parceria com a Coordenação de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID) da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (Semcid). A seleção envolve uma série de requisitos e visa atender aquelas que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade. A prioridade é para as mulheres que são agredidas mesmo com a medida protetiva. "É uma relação doentia, onde o homem não respeita a mulher. O botão vem cobrir uma lacuna da lei, como meio de fiscalizar a decisão com urgência. O botão faz com que esses homens fiquem longe das mulheres", ressalta a coordenadora. O INTP não informou os custos do equipamento.

66

O tempo de resposta do botão é de cerca de três minutos. O atendimento que demorou mais tempo foi de 10 minutos, um tempo que pode ser crucial para a vida da mulher"

FRANCELINE DE AGUIAR
COORDENADORA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA PREVENTIVA

OS PERFIS

Perfil do agressor

São de cor parda
Idade entre 25 e 29 anos
Ensino médio completo e curso superior
O maior número de vítimas, que denunciaram na DEAM/Vitória entre 2002 e 2010, reside no bairro de Jardim Camburi.

Perfil da vítima

Entre as atendidas pelas Delegacias das Mulheres predominam mulheres negras, com idade de 25 a 29 anos com baixa escolaridade

Fonte: Pesquisa LEG/UFES

A CPMI EM NÚMEROS

▼ **Dois anos depois da criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a violência contra a mulher no Brasil, poucos avanços:**

Das **1.045** páginas do documento, **31** são dedicadas ao Espírito Santo. A CPMI fez **41** recomendações ao Estado, entre elas a implantação de Conselhos Municipais do Direito da Mulher em todos os municípios. Apenas **3** dos **13** projetos de lei apresentados pelo documento foram votados no Congresso Nacional. Um deles é o Femicídio, projeto de lei que transforma em crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica. Entre as **41** recomendações ao Espírito Santo, feitas pela CPMI, **21** foram para o Poder Executivo; **9** para o Judiciário; **6** para o Ministério Público (MP) e **5** para a Defensoria Pública (DP). As **9** recomendações atribuídas ao Poder Judiciário foram atendidas. Após a CPMI, também foram criadas a 4ª Vara Criminal de Linhares e a 9ª Vara Criminal de Vila Velha. As **22** recomendações atribuídas ao Executivo foram atendidas, segundo a Secretaria de Comunicação do governo. Existem **13** conselhos municipais. O MPES informou que as **6** recomendações de sua responsabilidade já foram resolvidas em conjunto com o Poder Judiciário e com a SESP. O defensor público Ronan Figueiredo explica que a Defensoria Pública do Espírito Santo tem trabalhado para cumprir as **5** recomendações.

Casa da Mulher brasileira está parada

◀ A Casa da Mulher Brasileira, projeto do governo Federal, era pra ter sido inaugurada em Vitória, em março de 2015. O prédio, localizado na Cidade Alta, em Vitória, está com obras paradas. Segundo o diretor do Programa Mulher, Viver sem Violência da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Marcelo Pontes, em maio de 2014 foi realizada a licitação para execução da reforma, sendo que nenhuma empresa se habilitou. Em 16 de junho de 2014 foi feita uma segunda licitação, sendo a empresa J.Viana Engenharia e Comércio Ltda EPP a vencedora. Mas após o início das obras foram constatadas irregularidades na empresa, o que culminou na rescisão unilateral com aplicação de multa e penalidade para a empresa. Pontes ressaltou ainda que foi necessário desenvolver vários estudos para verificar como será dada continuidade à adaptação do prédio.

“

durante nove anos apanhei calada e perdi a minha identidade

JANAÍNA, MÉDICA

Nome fictício

“Conheci meu ex-marido durante o curso de Medicina. Namoramos, fizemos residência médica e casamos. Me especializei na área de ginecologia. Durante a universidade ele estudava nos meus livros, eu que pagava os almoços e ajudava nas passagens de ônibus. A vida inteira eu fiz vista grossa. Vim ao mundo para ser mãe e sempre tive a certeza que teria quatro filhos. A primeira vez que fui agredida foi recém-casada, e após uma discussão ele me deu um tapa na coxa. Levei um susto. Em 1994, a minha primeira filha nasceu. A partir dali a minha vida mudaria para sempre. Eu, que trabalhava em inúmeros plantões, sustentava um apartamento duplex em Vila Velha, pagava todas as contas, entregava os cartões de crédito na mão dele, vi o rendimento financeiro da casa cair. Ele começou a me castigar. Foram nove anos vivendo de maneira surreal. Ele me fez dormir no chão do nosso quarto sem lençol. Quebrou um dedo da minha mão esquerda, uma costela e o meu nariz. Perdi as contas dos tapas e socos que levei. Fui empurrada escada abaixo com ele me chutando. Fui enforcada algumas vezes. Não sei como sobrevivi. Ficava afastada do consultório médico por até 15 dias por causa dos hematomas. Nem a maquiagem conseguia mascarar a violência que sofria dentro

de casa. Levava a vida achando que um dia ela ia melhorar.

Não melhorou. Só vi o risco de vida quando ele começou a ameaçar os meus filhos. Colocou a cabeça do meu filho dentro da privada para ele aprender a ser homem. O outro ele tentou afogar na piscina. A minha filha, na época com nove anos, sofreu uma tentativa de enforcamento porque tinha deixado uma lâmpada acesa. Quando olhei assustada, ela disse: “Você não vai fazer nada mesmo, né mamãe?”. A partir daquele dia acordei para a vida.

Fiz a denúncia na Vara de Infância e Juventude. Você deve estar se perguntando porque demorei tantos anos para chamar a polícia. Tinha medo, porque tinha certeza que ele mataria uma das minhas crianças. Aprendi a apanhar calada, porque quanto menos me mexia, mais rápida era a surra. Também tive vergonha de contar à minha família e aos amigos. Meu irmão infartou quando soube de toda a história.

Hoje trabalho normalmente e meus quatro filhos estão na faculdade. Vivi sempre achando que o dia de amanhã seria melhor e que tudo iria mudar. Mas nunca aconteceu. Desde que me separei não me relacionei com ninguém. Eu não me salvei, mas consegui salvar os meus quatro filhos”.